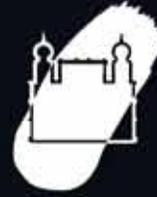


ASFOC FIOCRUZ



Assembleia aprova luta por reajuste e cobra recuperação dos princípios da carreira

Avançar sempre!

Em 2008, conquistamos reajuste de cerca de 30% e ficamos com uma parcela de cerca de 20%, a ser cumprida em julho de 2009. O aumento foi um passo importante para nos aproximarmos dos valores recebidos pelas carreiras com maiores patamares salariais do executivo federal.

Apesar da conquista, a MP 441/08, que trazia a boa notícia, também descaracterizava nosso plano, com o aumento da diferença entre os salários pagos aos servidores de nível intermediário e superior, e a mudança das titulações — antes pagas em percentual — para valores fixos. Além disso, criou-se um desequilíbrio no peso que as gratificações e titulações têm nas tabelas de ambos os níveis. Nossa luta passou a ser pela correção dessas questões no Congresso. No fim de 2008, conseguimos, através de emenda parlamentar, a aprovação de nova tabela de gratificação para o nível intermediário, o que corrigiria parcialmente o problema.

Em 2009, veto do presidente Lula à emenda aprovada gerou a retirada da gratificação dos servidores de nível intermediário dos contracheques do mês de março fez com que os trabalhadores da Fiocruz demonstrassem sua capacidade de mobilização, garantindo que a perda não fosse efetivada. Garantimos ainda o pagamento da parcela de aumento prevista para julho, que vinha sendo ameaçada pelo governo, o que nos levou ao patamar salarial de hoje.

Neste momento, necessitamos avançar em duas frentes: na valorização e recuperação da estrutura de nossa carreira e na conquista de um novo aumento para 2010. Temos acompanhado de perto a movimentação de sindicatos e do governo federal para identificar como deve ser conduzida a política salarial para os servidores. O governo ameaça não cumprir os acordos com as categorias que ainda têm parcelas a serem pagas em 2010 e, até o momento, se recusa a abrir negociação com as carreiras que, sem acordo previsto para ano que vem, cobram novo aumento.

Mesmo com as ameaças, avaliamos que há espaço para novas negociações e que é justo cobrarmos reajuste para 2010. Apesar da conjuntura adversa e da queda de arrecadação prevista para o ano que vem, teremos eleições gerais, ocasião em que é normal que os governos abram “os sacos de bondades”. Com a força do nosso movimento e reconhecimento dos relevantes serviços que temos prestado à população, seguiremos nossa luta.

Ainda em setembro, decidiremos em assembleia o índice de reajuste e iniciaremos as negociações. O primeiro passo será discutir a proposta no CD Fiocruz e garantir a coesão institucional em torno do nosso pleito. Paralelamente, buscaremos apoio no Parlamento, onde já há deputados dispostos a apresentar requerimento junto à Comissão de Trabalho, Administração e Serviço Público (Cetasp) solicitando ao Planejamento a abertura de negociações.

Outro passo importante será obtermos do ministro da Saúde, José Gomes Temporão, a emissão de expressivo e claro aviso ministerial em apoio às nossas reivindicações. Esperamos que Temporão seja o principal defensor da nossa proposta dentro do governo. Ele conhece a instituição e sabe o relevante papel desempenhado pelos trabalhadores da Fiocruz, sempre que demandados pelo governo federal, como no enfrentamento da gripe suína (Influenza A, H1N1).

Também nesta edição, os três últimos debates preparatórios para o nosso Fórum Sindical, com destaque para o que abordou as Fundações Públicas de Direito Privado. Os argumentos apresentados por Lenir Santos e Francisco Batista Júnior trazem importantes elementos para que possamos nos posicionar de forma mais clara e segura sobre o tema. E ainda a cobertura da edição 2009 da Medalha Careli e do Prêmio Sergio Arouca.

No dia 7 de agosto, foi publicado no Diário Oficial da União o registro sindical da Asfoc-SN, assinado pelo ministro do Trabalho, Carlos Lupi. Foi o último passo para o reconhecimento definitivo do nosso sindicato. Está prevista para o dia 16 de outubro uma grande festa na Fiocruz, onde receberemos a carta sindical das mãos do próprio ministro. Na ocasião, reuniremos todos os ex-diretores gerais do sindicato e os demais que construíram nossa história de lutas. Essa é uma conquista de todos que acreditam no movimento organizado dos trabalhadores e que merece ser comemorada.

Em todos os seus anos de existência, a Asfoc-SN primou pela transparência, pela garantia do espaço e do respeito a diferentes posições; do debate maduro e da maturidade nas suas ações e cobranças. Assim deve permanecer. Só a construção da consciência crítica e a participação dos trabalhadores fará com que o bom e velho lema “ousar lutar, ousar vencer” continue se encaixando com tanta perfeição à nossa história. Boa leitura a todos.

ESPAÇO UNIFOC

LEMBRANÇAS ...

por Antonio Humberto da Costa

No momento em que, orgulhosamente, a nossa Unifoc comemora seu 16º aniversário - foi criada em 26 de agosto de 1993 - também misturada a nossas felicitações fica um sentimento de nostalgia. Vemos que os anos deixaram marcas: tristezas e saudades daqueles que partiram ou que não possuem mais condições físicas para acompanharem as nossas atividades mensais, como assembleias, atividades recreativas e/ou culturais.

É bom lembrar que quando a Unifoc foi criada, a média de idade de seus associados era de 52 anos e alcançamos, nos dois primeiros anos, mais de 600 associados. Contudo, alguns fatores contribuíram drasticamente para que as aposentadorias diminuíssem na Fiocruz:

A GDACT do aposentado é a metade do que recebe o ativo; na época da criação da Unifoc, o aposentado não descontava INSS; e, ao se aposentar, claro, o ativo deixa de receber vale transporte e auxílio refeição.

Na prática, significava que o ativo agora pensa bastante antes da opção para sua aposentadoria, uma vez que ele passará a não receber uma quantia bastante significativa de seus proventos atuais.

Enfim, vida que segue!

Gosto de plagiar o célebre escritor Ernest Hemingway, quando dizia que “... Paris é uma festa...”. Assim, também, digo que “a Unifoc é uma festa”.

Eu, como todos os demais colegas associados, me orgulho muito da nossa união e alegria contagiante e descontraída. Somente este ano tivemos dez atividades e, ao final de todas elas, sempre uma comemoração diferente. Aqui todos participam em pé de igualdade.

Na nossa sessão solene de comemoração do 16º aniversário, em 19 de agosto, foi entregue pela presidente do Conselho Deliberativo, professora Elsa Ramos Paim, diploma de honra ao mérito a Newton Potsch Magalhães, pela decisiva e valiosa participação na Unifoc desde a sua criação. A expedição do diploma foi aprovada, por unanimidade, em assembleia geral, por indicação dos dirigentes da Unifoc e de seus associados.

Nesta mesma solenidade foram realizadas eleições gerais da Unifoc para o triênio 2009-2012 e foram escolhidos:

I – Diretoria Executiva: Diretor Geral – Antonio Humberto da Costa; Diretor Adm. e Financeiro – Elza Chelles de Carvalho; Secretária – Cremilda Decotelli da Silva.

II – Conselho Deliberativo: Presidente – Solange Gomes Hoffmann; Conselheiros – Beatriz Mello da Silva Carvalho, Celso Cravo, Eunice de Paula Santos, Ivone Soares Ferreira, Joana D’Arc da Silva e Yvonne de Abreu Silva de Oliveira.

III – Conselho Fiscal: Presidente – José Carlos Santiago; Conselheiros – Dario Almeida e Maria Luiz Kemper

Ao encerrar, não poderia deixar, mais uma vez, de agradecer a toda comunidade de Manguinhos, pelo incentivo e apoio em nossos esforços de abrir espaços para a juventude da terceira idade. Afinal, os ativos de hoje serão os aposentados de amanhã. Em nome da nossa Unifoc, cumprimentos sinceros de Antonio Humberto.

Diretor Executivo da União dos Aposentados da Fundação Oswaldo Cruz (Unifoc)

EXPEDIENTE

■ DIRETORIA EXECUTIVA DA ASFOC - SINDICATO NACIONAL (E-mail: secretaria@asfoc.fiocruz.br) • Paulo César de Castro Ribeiro - *Presidente* • Paulo Henrique Scrivano Garrido - *Vice-Presidente* • Alcimar Pereira Batista - *Diretor de Administração e Finanças* • Gilberto Lessa - *Diretor Secretário-Geral* • Jorge Santos da Hora - *Diretor de Legislação e Assuntos Jurídicos* • Roberto Lopes - *Diretor de Esportes* • João Carlos B. R. de Freitas - *Diretor Social e de Cultura* • Adriano De Lavor - *Diretor de Comunicação* • Wladimir Gomes de Melo - *Diretor de Articulação Regional* ■ SUPLENTE • Daniel Daipert Garcia • Carlos Augusto de Andrade Meirelles • José Leonídio Madureira de Souza Santos • Rita Regina Guimarães • Paulo Henrique da Costa Ferreira ■ CONSELHO FISCAL • Marilene Fragas Costa - *Presidente* • Nilton Francisco da Silva • Nilton Francisco da Silva - *Secretário* • Júlio César Miguel • Lucio José de Oliveira • Alexandre Silva Muniz

■ DEPARTAMENTO DE COMUNICAÇÃO (Tel.: 21 2598-4231 Ramal 211 /E-mail: jornalismo@asfoc.fiocruz.br) ■ Gerência de Comunicação • Jesuan Xavier ■ Equipe • Fernando Taylor e Fernanda Freitas (Estágio) ■ Fotografia • Jesuan Xavier • Fernando Taylor • Fernanda Freitas ■ Divulgação • Jorge Vieira ■ Impressão • Wal Print Gráfica e Editora ■ Programação Visual • F.Tavares

CONTATOS ASFOC - SN

■ SEDE DA ASFOC-SN (AV.BRASIL, 4.365 - RJ - CEP 21040-360) ■ Secretaria – 2598-4231 ■ Jornalismo – 2598-4231 (R. 211) ■ Odontologia – 2598-4333 ■ Jurídico – 2598-4231 (R. 214) ■ Seguros – 2598-4231 (R.218) ■ Salão de Beleza – 2598-4231 (R.223) ■ Restaurante – 3885-3890 ■ REPRESENTAÇÕES REGIONAIS DA ASFOC-SN: Pernambuco – (81) 3454-4501 ■ Minas Gerais – (31) 3349-7710 ■ Distrito Federal – (61) 3340-0340 ■ Bahia – (71) 3356-6583 ■ Amazonas – (92) 3621-2397

Campanha Salarial 2010 começa agora!

A Assembleia Geral da Asfoc-SN, em 19 de agosto, decidiu, por unanimidade, apresentar ao governo uma proposta de reajuste salarial para o começo do próximo ano. Para isso, ainda em setembro, os trabalhadores da Fiocruz pretendem fechar os patamares pretendidos e um índice a ser reivindicado.



Temporão, Rômulo Maciel, Antônio Ivo, os diretores da Asfoc Paulo César de Castro Ribeiro e Paulo Garrido e Paulo Gadelha, na reunião

Paralelamente, ficou decidido que a Asfoc continuará no Grupo de Trabalho (GT) com a Secretaria de Recursos Humanos do Ministério do Planejamento, que discute a estrutura de carreiras da Fiocruz. Até o momento, houve uma reunião entre as partes interessadas (em 5 de agosto). O próximo encontro está marcado para 15 de setembro.

A decisão de lançar uma Campanha Salarial se deu por conta da estratégia deliberada em Assembleia anterior (21/07), quando se decidiu aguardar até o fim de agosto, para ver quais seriam os avanços no GT com o Planejamento.

Na primeira reunião do GT, em que estiveram presentes o Sindicato e a Presidência da Fiocruz – nenhum representante do Ministério da Saúde, embora previsto, compareceu –, a Asfoc colocou como prioridade a retomada dos percentuais de titulação e a recuperação da proporcionalidade da GDACTSP entre os níveis superior e intermediário. Na ocasião, a coordenadora-geral de Negociação e Relações Sindicais do Planejamento, Eliane Aparecida da Cruz, afirmou que precisaria da autorização do secretário de Recursos Humanos, Duvanier Paiva Ferreira, para priorizar a discussão desses dois pontos da pauta dos trabalhadores.

De imediato, a direção da Asfoc procurou o apoio do ministro da Saúde, José Gomes Temporão. Logo após a reunião do GT, enviou carta por e-mail e protocolou, no dia seguinte, documento no Ministério da Saúde cobrando ação mais efetiva em relação às demandas dos servidores da Fiocruz.

No dia 14 de agosto, a cobrança foi feita pessoalmente. Em evento na Fiocruz, os diretores da Asfoc Paulo César de Castro Ribeiro e Paulo Garrido foram recebidos pelo ministro no gabinete do diretor da Ensp, Antônio Ivo (foto). No encontro, em que participaram ainda o presidente da Fiocruz, Paulo Gadelha, e o vice Rômulo Maciel, Temporão se comprometeu a procurar o ministro do Planejamento, Paulo Bernardo.

Em 17 de agosto, o presidente da Fiocruz, Paulo Gadelha, confirmou à Asfoc que Temporão já havia encaminhado as reivindicações ao Planejamento. Como não ficou claro o entendimento entre os dois ministros e, para garantir êxito no GT, o Sindicato reforçou com o secretário-executivo do Planejamento, João Bernardo de Azevedo Bringel, em carta enviada no dia 26 de agosto, a necessidade de avançar na discussão da retomada dos percentuais de titulação e da proporcionalidade da GDACTSP. A Asfoc segue cobrando uma posição oficial sobre o contato entre os ministros.

Nova reunião com a SRH do Planejamento foi marcada para 15 de setembro, quando será apresentada pela Fiocruz e pela Asfoc uma avaliação da carreira e propostas de avanços, consolidando o Plano Próprio.

Passos seguintes

Após a deliberação da Assembleia de apresentar ao governo, ainda em setembro, um índice de reajuste salarial e continuar no GT do Planejamento, a Asfoc marcou dois Grupões (reuniões ampliadas de diretoria) para aprofundar as propostas.

No primeiro, dia 27 de agosto, discutiu-se a atual estrutura de carreira e foram levantados vários pontos a serem trabalhados junto à Fiocruz, ao Ministério da Saúde e ao Planejamento no próximo GT.

Além da recuperação dos percentuais de titulação e da proporcionalidade da GDACTSP entre os níveis intermediário e superior — garantindo a interpenetração entre as tabelas — surgiram outros itens, como forma de valorização da carreira: o instrumento da dedicação exclusiva; a estratégia de incorporação da GDACTSP ao vencimento básico; a criação de mais classes e padrões; o pagamento integral da GDACTSP aos aposentados e a retomada dos adicionais por tempo de serviço.

Outra questão debatida foi a falta de instrumento legal que garanta, através de concurso interno e com critérios bem definidos, a mudança de nível médio para superior. Tal ponto, que depende de aprovação de emenda constitucional, vem sendo trabalhado por diversos sindicatos junto ao governo.

Sobre o índice a ser apresentado como reajuste para 2010, os presentes no Grupão analisaram tabelas com as principais remunerações do Executivo Federal (Banco Central, auditores federais, Ipea), além das carreiras da área tecnológica (C&T, Inmetro, Inpi e IBGE).

Em relação às de Ciência e Tecnologia, verificou-se que todas se encontram hoje em patamar salarial semelhante ao da Fiocruz, não havendo parcelas a serem pagas para o próximo ano – há sim, propostas dessas carreiras para aumento em 2010, mas sem que tenha havido qualquer negociação entre esses sindicatos e o Planejamento.

No entanto, ficou constatado que os salários de algumas carreiras do Executivo Federal já estão em patamar superior ao da Fiocruz. Além disso, em alguns casos, ainda há parcelas de acordo a serem pagas no ano que vem.

No Grupão marcado para o dia 3 de setembro (após o fechamento desta edição), seria definido o índice de aumento a ser votado na próxima Assembleia da Asfoc-SN, posteriormente apresentado ao Planejamento.

Debate sobre Fundação Estatal lota auditório da Ensp

A Asfoc-SN já promoveu cinco debates como parte dos preparativos para o I Fórum Sindical dos trabalhadores da Fiocruz, previsto para este semestre. Três deles aconteceram nos últimos meses e trataram sobre assuntos específicos: Fundação Estatal, Plano de Carreiras e Reforma Tributária.

No mais recente dos debates, dia 20 de agosto, o auditório do Salão Internacional da Escola Nacional de Saúde Pública Sergio Arouca (Ensp) ficou pequeno para a discutir o tema “Fundações de Direito Privado no SUS e na Fiocruz?”. Trabalhadores, diretores de Unidades, representantes regionais do Sindicato e dirigentes da Fundação Oswaldo Cruz lotaram o local.

Na mesa mediada pelo ex-presidente do Sindicato e coordenador do Programa Radis, Rogério Lannes, estavam o presidente do Conselho Nacional de Saúde (CNS), Francisco Batista Júnior, e a especialista em Direito Sanitário, Lenir Santos.

Logo no início das exposições, ficou claro que um consenso não seria a tônica do debate. Lenir defendeu firmemente o Projeto de Lei Complementar (92/2007) que tramita na Câmara dos Deputados. Batista Júnior se posicionou veementemente contra a proposta, “já colocada e retirada da pauta de votação do Congresso 29 vezes”, como lembrou Lannes, mediador do debate.

Na abertura do evento, o presidente da Asfoc-SN, Paulo César de Castro Ribeiro, enfatizou que o Sindicato tem trabalhado para que o tema seja melhor discutido com toda a sociedade. “Achamos que o modelo de Fundação Estatal, já recusado pela XIII Conferência Nacional de Saúde (CNS), ainda necessita ser melhor debatido com a sociedade brasileira. Após um maior aprofundamento das discussões, a Asfoc não se furtará de ter uma posição oficial sobre o assunto”, frisou Paulão.

Até mesmo Lenir se mostrou favorável à ampliação do debate. “Tenho certeza de que aqueles que votaram contra a Fundação Estatal na Conferência não sabem que o nosso projeto respeita 100% os princípios e as diretrizes do SUS”,



ponderou ela. Batista Júnior, no entanto, lembrou que participou das conferências estaduais para debater o projeto e que o mesmo não foi feito pelos seus defensores.

Lenir argumentou que a proposta prevê uma forma transparente e eficiente de gestão da coisa pública, uma vez que exige do seu dirigente compromisso com metas, custos, desempenho e qualidades definidas pelo órgão público supervisor - no caso da saúde federal, o Ministério da Saúde - estando o recurso desse contrato garantido no orçamento desse órgão. “O dirigente deverá comprometer-se com as metas, devendo deixar o cargo se não as cumprir, diferente do que acontece hoje, onde os compromissos com metas e qualidade não são tão visíveis. Muda-se a lógica de gestão, muito mais transparente”.

Lenir listou algumas vantagens em relação à autonomia orçamentária, financeira e administrativa da Fundação de Direito Privado. “Elas seriam regidas pelos seus estatutos e pela lei autorizadora, poderia fazer a definição de seu próprio plano de cargos e salários, além de aprovar seus próprios concursos”.

Pedro Barbosa, vice-presidente da Fiocruz, apontou o projeto como uma boa alternativa para o Sistema Único de Saúde. “O SUS que nós queremos não cabe mais dentro do Estado. Houve um momento no Brasil que se fez uma reforma de Estado, jogando para fora da administração pública boa parte das responsabilidades sociais. Daí esse mecanismo farto de Oscips (Organização da Sociedade Civil de Interesse Público), de ONGs (Organização Não Governamental), de Fundações de Apoio, etc. A Fundação de Direito Privado enfrenta, de algum modo, o enorme deslocamento da responsabilidade do Estado para o terceiro setor. Ela é uma das alternativas a isso tudo”.

“

TENHO CERTEZA DE QUE AQUELES QUE VOTARAM CONTRA A FUNDAÇÃO ESTATAL NA CONFERÊNCIA NÃO SABEM QUE O NOSSO PROJETO RESPEITA 100% OS PRINCÍPIOS E AS DIRETRIZES DO SUS”

Lenir Santos



Fotos: Fernando Taylor

Lenir ressaltou ainda que o modelo já está previsto na Constituição Federal e que as Fundações podem existir independente do PL, pois já são autorizadas pelo Decreto Lei (nº 200/1967). “O projeto que se encontra no Congresso trata, na realidade, apenas do disciplinamento do artigo 37 (inciso XIX) da Constituição. Estamos tentando cumprir a Lei.”

Já Batista Júnior se embasou em parecer da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB/Nacional) para rebater a afirmação. “Eu não tenho dúvidas de que a proposta é totalmente inconstitucional. Mas é óbvio que, juridicamente, cada um tem sua visão, um entendimento. Não posso ter certeza de que se o projeto for para o Supremo Tribunal Federal também seria considerado dessa forma (inconstitucional)”, afirmou, acrescentando que a principal esfera de discussão é a política e não apenas a legal.

Terceirização da saúde

Uma das maiores preocupações do presidente do Conselho Nacional de Saúde é em relação ao ponto que prevê maior flexibilização na contratação e demissão de pessoal. “O projeto aponta para a terceirização da saúde, com um

aprofundamento ainda maior das distorções que hoje já existem. Num mesmo hospital poderemos ter dois profissionais fazendo a mesma coisa, com remunerações bem diferentes. Um pelo regime celetista e outro pelo RJU (Regime Jurídico Único).”

O presidente do CNS alertou para os riscos do projeto proposto pelo governo. “É um poderoso instrumento de apoderamento do Estado por grupos privados e de aperfeiçoamento da privatização. Na minha visão, e de vários outros setores importantes da área da saúde, o PL facilita o uso inadequado dos recursos públicos, cuja origem e repasses não estarão assegurados no orçamento fiscal”.

Batista Júnior concordou que existem falhas na gestão de várias áreas da saúde, mas conclamou para o cumprimento das leis já existentes. “Se o trabalho dos servidores e gestores não está a contento, e em várias situações realmente não está, que se faça cumprir as leis 8.112 (do servidor) e 8.080/90, que criou o SUS. Sei que o sistema precisa de ações para seu aprimoramento, mas que sejam aquelas pensadas pelos conselheiros nacionais de saúde”.

Ao final, pelo menos uma evidência: o modelo proposto pelo governo dificilmente caberia à Fiocruz. Após provocação de Rogério Lannes e pergunta do diretor da Asfoc Daniel Daipert, Lenir admitiu que o projeto de Fundação de Direito Privado precisaria ser melhor discutido para ser aplicado aqui. “Mantendo-se o modelo como é hoje, de uma Fundação de Direito Público, poderíamos até debater alternativas para algumas unidades. Mas a Fiocruz tem uma diversidade, uma multiplicidade enorme de atividades, que realmente não comportaria uma discussão tão simples assim”.



EU NÃO TENHO DÚVIDAS DE QUE A PROPOSTA É TOTALMENTE INCONSTITUCIONAL. MAS É ÓBVIO QUE, JURIDICAMENTE, CADA UM TEM SUA VISÃO, UM ENTENDIMENTO”.

Francisco Batista Júnior

Trabalhadores discutem Plano de Carreiras e Reforma Tributária

No dia 14 de julho, os funcionários da Fundação se reuniram no Salão Internacional da Ensp para debater o tema "Plano de Carreiras: Perspectivas para o Serviço Público". Na mesa, os ex-secretários de Recursos Humanos do Ministério do Planejamento, Luís Fernando Silva e Sergio Mendonça, e a mediadora Justa Helena Franco, ex-diretora da Asfoc-SN.

Na abertura da reunião, o advogado e assessor jurídico da Confederação dos Trabalhadores do Serviço Público Federal (Condsef), Luís Fernando Silva, criticou a atual estrutura de carreiras e enumerou alguns problemas na área: ausência de possibilidade de ascensão funcional, progressão nas carreiras desvinculada da qualificação e do desempenho e acesso a cargos de gestão ainda fortemente influenciados por indicações político-partidárias, desvalorizando o mérito.

"Para que isso mude é necessário diretrizes gerais para as carreiras, como fixar critérios uniformes e isonômicos; melhorar o aproveitamento da força de trabalho, procurando adequar os interesses institucionais aos individuais (servidores); modernizar a administração pública, com a instituição de mecanismos de incentivo pelo esforço do servidor em sua qualificação profissional e na melhoria dos serviços prestados; adotar uma política de qualificação que leve em conta o interesse público e reconheça o valor das aspirações pessoais do servidor; racionalizar os cargos públicos, com adequação às novas necessidades do serviço público", disse Luís Fernando, acrescentando que o servidor deve ser visto como cidadão detentor de direitos e não só de obrigações.

O economista e supervisor do Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos (Dieese), Sérgio Mendonça, seguiu a linha de raciocínio de seu colega. "Temos que repensar o papel das carreiras do serviço público com ascensão funcional e romper com essa lógica de um quase total elitismo, em que filhos bem formados da classe média é que passam no concurso público federal", criticou.

Para ele, três carreiras existem, a rigor, na administração pública: a militar, a diplomática e a docente. De acordo com Sérgio Mendonça, o resto é um conjunto de planos de cargos e remuneração que se fragmentaram nos últimos anos.

"Temos que recolocar na agenda um debate sobre o papel do Estado e do serviço público, por uma razão muito simples: goste-se ou não, o Estado não funciona bem. Nós, que acreditamos no serviço público, na gestão democrática e no papel das entidades sindicais,



Foto: Fernando Taylor

temos um desafio muito grande, que é recompor e dar mais racionalidade a este Estado", afirmou.

Proposta de reforma - No dia 17 de junho, o tema em pauta foi "A Reforma Tributária: possíveis impactos para o sistema de proteção social". O encontro, na Escola Politécnica, reuniu o coordenador geral da Secretaria de Reformas Econômicas do Ministério da Fazenda, Ângelo Duarte, e a doutora em Economia da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) e diretora adjunta de Macroeconomia do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea), Denise Gentil. A mesa foi coordenada pelo ex-diretor do Sindicato, Alex Molinaro, do Departamento de Ciências Sociais da Escola Nacional de Saúde Pública Sergio Arouca (Ensp).

O representante do Ministério da Fazenda expôs o projeto de reforma tributária que está sendo discutido no Congresso Nacional. De acordo com Ângelo, os objetivos da reforma são econômicos (ampliar o volume de investimentos, reforçar a competitividade, aumentar a eficiência e a produtividade e acabar com a guerra fiscal entre os estados), sociais (reduzir a regressividade do sistema tributário e estimular a formalização de empresas e trabalhadores) e federativos (distribuição mais equitativa da receita tributária entre estados e municípios).

Para isso, o governo propõe mudanças na estrutura dos tributos federais, extinguindo PIS, Cofins, Cide e Salário Educação e criando o Imposto sobre o Valor Adicionado (IVA-F). "O objetivo do projeto é fazer alterações no ponto mais crítico do sistema, que é a tributação indireta no país. Não

tem o objetivo de elevar, nem de reduzir a carga tributária. Pretende ser neutro, realocar recursos e cobrar a mesma quantidade de tributos de uma forma mais eficiente e racional", defendeu Ângelo.

Denise Gentil criticou duramente o projeto. Apesar de a reforma estar voltada para a simplificação e para a desburocratização, ela ressaltou que um dos principais problemas é a regressividade do sistema tributário. "Esse problema está sendo adiado pelo pragmatismo político. Além disso,



Foto: Fernanda Freitas

a concentração de riqueza e de renda vai ser agravada com a simplificação do sistema, porque não significará a tributação da terra e dos ativos financeiros, que é a grande massa de riqueza dessa sociedade crescente no Brasil (donos de propriedade e capitalistas). Esses pontos não são atacados na reforma", argumentou a diretora do Ipea.

Outra queixa de Denise Gentil é que a Reforma Tributária vai acabar com a pluralidade das fontes de financiamento do sistema de proteção social. "O orçamento da seguridade social é, em termos financeiros, o melhor erguido na América Latina, uma arquitetura financeira fantástica, superavitário. É um sistema que dá direitos como em nenhum outro país da América Latina. Ele está em vias de ser desmontado. Com a instituição do IVA-F criam-se limites de recursos que eu considero insuficientes, capazes de constringer, abalar e até negar direitos sociais", condenou.



Foto: Fernanda Freitas

O técnico do Ministério da Fazenda rebateu: "O volume de recursos para a seguridade social vai ser mantido, não será alterado. Em termos numéricos, de arrecadação, é a mesma coisa. O volume de recursos é preservado no plano federal", defendeu Ângelo.

Prêmio renova memória de Careli

Foram homenageados o Espaço Casa Viva, entidade promotora de ações em educação, cultura e cidadania para crianças e adolescentes em situação de vulnerabilidade social no Complexo de Manguinhos; Maria da Penha, símbolo de luta contra a violência doméstica; o Instituto Reação, associação sem fins lucrativos criada pelo judoca medalhista olímpico Flávio Canto, que atua em comunidades de baixa renda do Rio, e o grupo Tortura Nunca Mais, que trabalha no esclarecimento das circunstâncias de morte e desaparecimento de militantes políticos durante o período da ditadura militar.

No mesmo dia, foram agraciados com o Prêmio Sergio Arouca de Saúde e Cidadania o Banco de Leite Humano do Instituto Fernandes Figueira, centro de referência nacional e internacional de aleitamento materno, e Gastão Wagner de Souza, ex-secretário executivo do Ministério da Saúde e integrante histórico do movimento sanitário.

Na abertura da cerimônia, o presidente da Asfoc-SN, Paulo César de Castro Ribeiro, recordou a morte de Careli, há 16 anos, e traçou um paralelo entre as duas premiações. “Careli é uma lembrança viva, um símbolo de luta pelos direitos humanos e por um Estado que cumpre seu papel com o cidadão e com o trabalhador. Não esse Estado que violenta a população, por meio do assassinato, ou outras formas de violência, como falta de saneamento, condições básicas de educação, saúde, moradia e cultura. Estes elementos são essenciais no conceito amplo de saúde, que caracteriza a ideia do Prêmio Sergio Arouca”, afirmou Paulão.

Representando a Presidência da Fiocruz, o vice de Ambiente, Atenção e Promoção da Saúde, Valcler Rangel Fernandes, ressaltou a importância do evento e lembrou algumas das principais virtudes da personalidade de Jorge, a alegria e a simpatia. “Tenho uma lembrança muito positiva do Careli e profundo sentimento pela forma como saiu do nosso convívio. A medalha renova a memória que o Brasil precisa sempre cultivar, a de manter a lembrança de pessoas de tanto valor”, frisou.

A primeira homenagem do dia foi para o Espaço Casa Viva. A coordenadora Elizabeth Campos se disse honrada em receber o prêmio das mãos do presidente da Comissão de Defesa dos Direitos Humanos e Cidadania da Assembleia Legislativa do Rio, deputado estadual Marcelo Freixo. “Ele é referência para os movimentos populares na luta pelos direitos humanos. Nosso desejo é continuar caminhando junto, porque há muito que fazer. Ações de cultura e educação devem funcionar como ferramentas para transformar a realidade cruel de violação de direitos”, destacou.

Freixo, que foi agraciado com a medalha em 2006, ressaltou a importância da premiação. “A medalha não tem somente o efeito simbólico. Essa rede de solidariedade, carinho e afeto, me deu certeza absoluta que ainda há muito o que fazer”.

Por problemas pessoais, a coordenadora de estudos, pesquisas e publicações da Associação de Parentes e Amigos de Vítimas da Violência no Ceará, Maria da Penha, não compareceu ao evento. Sua representante, a amiga e funcionária do Instituto Vital Brazil Celina Rocha Filgueiras, leu carta da premiada. “No Brasil, pesquisas mostram que a cada 15 segundos uma mu-

Em cerimônia que enfatizou a importância da organização coletiva e do apoio entre as entidades que lutam por condições mais justas e igualitárias, foi realizada, dia 21 de agosto, a 9ª edição da Medalha Jorge Careli de Direitos Humanos, na Tenda da Ciência.



Homenageados (a partir da esquerda): Ilma, João, Cláudia, Geraldo, Celina, Gastão, Cecília, Elizabeth e Paulão

lher é vítima de violência doméstica. Felizmente, nos encontramos em um momento de mudança e esperança. A lei federal 11.340/2006, batizada com o meu nome, tem ajudado homens e mulheres a lutar pela sua devida implementação, a fim de garantir uma vida sem violência para as nossas mães, tias, irmãs e, principalmente, para os nossos descendentes. A lei Maria da Penha não vem para punir os homens, mas, sim, para punir os homens agressores”, escreveu a premiada.

Com a agenda cheia, o criador do Instituto Reação, o judoca Flávio Canto enviou como seu representante o ex-técnico da seleção brasileira de judô Geraldo Bernardes. Ele disse estar emocionado com a homenagem e informou em que áreas

funciona o atendimento do projeto: inclusão social, descoberta de novos talentos e capacitação profissional. “Hoje, existem 40 crianças do instituto em escolas particulares e 10 jovens em universidades. Temos ainda atletas campeões do mundo e cinco servindo à seleção brasileira de judô. Além disso, há 10 atletas como monitores do projeto. Nosso objetivo é dar mais oportunidades a pessoas das comunidades carentes”, assegurou.

O último homenageado do dia com a Medalha Careli foi o Grupo Tortura Nunca Mais. Presidente do movimento, Cecília Coimbra afirmou que até hoje não viu vontade política de nenhum governo para abrir os arquivos da ditadura militar. “Além de encontrar os corpos, é fundamental que essas histórias possam ser contadas, que se saiba o que aconteceu, como aconteceu e quem foram os responsáveis, para que essas pessoas saiam da sombra e apareçam. Não queremos vingança, mas é preciso dar publicidade e responsabilizar os culpados”, cobrou. Ela lembrou um caso emblemático, quando o grupo foi condenado a pagar R\$ 47 mil a três policiais federais que torturaram um petroleiro, em 1995. “Isso mostra como as entidades e os defensores de direitos humanos são tratados neste país”.

Criador do primeiro banco de leite humano do país, o Instituto Fernandes Figueira foi agraciado com o Prêmio Sergio Arouca de Saúde e Cidadania. Coordenador do programa Ibero-Americano de Leite Humano, João Aprígio Guerra de Almeida elogiou sua equipe de trabalho e disse que a premiação tem um significado muito particular, por ser reconhecido pela comunidade Fiocruz e pela Asfoc. “Este é um processo de construção coletiva, de um conjunto de servidores que realizam um trabalho que vai além do dever do dia. É um conjunto de militância da saúde pública brasileira”, agradeceu, acrescentando que 150 mil recém-nascidos prematuros e 1,5 milhão de mulheres são atendidos no hospital por ano. “Tudo um produto Fiocruz”.

Ex-secretário executivo do Ministério da Saúde e especialista em saúde pública, Gastão Wagner de Sousa foi o último homenageado do evento. Respondendo na Justiça a três injustas ações, movidas pelo Ministério Público Federal durante sua gestão no ministério, ele agradeceu o apoio da Asfoc neste momento tão difícil. “A premiação ‘caiu’ como uma luva. Eu admiro muito a atuação e a conduta do Sindicato, que é muito parecida com a minha. Além de defender melhores salários, direitos dos trabalhadores, lutam contra a violência, pelos direitos humanos, pela defesa da política pública, pela distribuição de renda. É raro vermos hoje pessoas ou entidades defenderem os interesses da coletividade”, finalizou.



TCHAU, MÃE!

Fernanda Freitas

Pela primeira vez, o Jornalismo da Asfoc acompanha o pernoite da garotada fora de casa.

30 de julho de 2009. Céu nublado e o coração colorido por muitas expectativas. Era hora da galerinha da Colônia de Férias embarcar para o pernoite no Hotel Fazenda Santo Amaro, em Cachoeiras de Macacu. Pelas janelas dos dois ônibus, as crianças recebem as últimas instruções dos pais. Para muitos, é a primeira vez que passarão uma noite fora de casa.

Na bagagem, ursinhos de pelúcia, brinquedos, farnéis de guloseimas e até um violão. Material para espantar o bicho-papão que pode assombrar na ausência dos pais? Que nada! É um jeito dos pais se fazerem presentes. O medo e a saudade parecem muito mais evidentes do lado de fora. É só ligar o motor para atestar. A farra começa ainda dentro do campus, com um monte de mãozinhas dando adeus e fazendo o seu barulho: “Tchau, mãe! Tchau, pai! A gente volta logo”.

Em um dos ônibus, os pequenos da 6 e 7 anos participavam da comemoração de 15 anos de trabalho da tia Márcia Ferreira e do tio Renato, junto com o motorista oficial da Colônia de Férias da Asfoc. E como o tio estava ocupado ao volante, o jeito foi trocar a valsa por Kelly Key. Quem disse que a tia Márcia não arrasou como a Barbie Girl? “Meu marido já me intimou a tirar férias em janeiro. Ele acha que a gente precisa ter mais tempo para a nossa família, mas eu sinto muita saudade disso aqui. Não sei como é que vai ser”, comenta tia Márcia, ainda suada da brincadeira.

O desembarque no Hotel Fazenda foi debaixo de chuva fina. Mas a expectativa unânime girava em torno do “esqui-bunda”. Lara Somer, da turma de 10 e 11 anos, tratou de encomendar: “Tia, fotografá tudo, porque tem coisas que eu conto para minha mãe que faço aqui e ela não acredita”.

Aliás, superação é o orgulho de Luiz Cláudio Conti, organizador da Colônia. “A minha gratificação aqui é ver essa garotada superar seus limites. Eu sei que muitos deles têm uma rotina completamente diferente e quando chegam

aqui se libertam: encaram arborismo, caminhadas ecológicas, enfiam o pé na lama e voltam cheios de histórias para contar”, confidencia emocionado, ainda próximo ao ônibus.

O tal esqui-bunda (escorregador ensaboado na ladeira) foi adiado pelo mau tempo, mas o dia seguiu com pique-corrente, almoço, oficina de biscoitos, arraial à noite, com direito à quadrilha improvisada e quitutes. Acabou o gás? Claro que não! Na alta madrugada tinha vídeo game no quarto de um, jogo de tabuleiro no quarto de outro, festa do pijama... Da parte debaixo do hotel se ouvia a farra! Silêncio mesmo só no quarto dos menores, que ainda não acompanham a fofoca noturna.

Três da manhã. Hora do xixi. Lá vai o “esquadrão de tios” impedir que a molecada acorde ensopada. Um a um, no colo, a garotada de 6 a 9 vai sendo levada ao banheiro. E, ainda assim, quando o dia clareia, um ou outro, ostenta sua devida “mancha amarela” na parte de baixo. É o frio e o resultado da festinha até de madrugada. Claro que o pacto é não contar os nomes dos santos.

Só que a essa altura o banho tem que esperar um pouco. A guerra de travesseiros é implacável! Uma turma invade o quarto da outra e logo vira um amontoado no corredor. Ninguém escapa! E quem quer fugir? A farra é boa demais. Não fosse o tempo curto, talvez a brincadeira levasse a manhã inteira.

Na agenda do dia, caminhada ecológica, cachoeira, futebol, o famoso esqui-bunda no sabão, 15 minutos de piscina, atendendo a muitos pedidos de “deixa, deixa”, banho, almoço e embarque de volta para casa.

Arrumando a bagagem de volta, a independente Ana Beatriz Imenes, a Bia (8 anos), dispara: “Ai, que cheirinho da minha mãe. Adoro o cheirinho dela. Parece que ela vai sair debaixo da cama. Senti saudade e nem sabia”, surpreendeu-se e menina. Tão bom quanto ir é a certeza da volta ao ninho. Até a próxima!

XXIII Campeonato de Futebol de Campo

A bola está rolando desde o dia 17 de agosto no XXIII Campeonato de Futebol de Campo da Asfoc-SN. Seis times disputam a competição: Jardinagem, Farmanguinhos, IFF, Manutenção, Presidência/Dirad e Ipec/Icict/IOC. Todos jogam entre si e os quatro primeiros classificam-se para as semifinais. O primeiro colocado enfrentará o quarto e o segundo disputará contra o terceiro. Os vencedores fazem a final no fim de setembro, em data a ser definida.

